

Controle Interno na Administração Pública



FÓCO NO QUE CONTA:
INOVAR PARA EVOLUIR

CONTROLE INTERNO É NOVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA??



EVOLUÇÃO NORMATIVA DO CONTROLE INTERNO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ELENCO HISTÓRICO

Casa dos Contos(1389 a 1761) - Os Contos que ao longo de cinco séculos centralizam o controle das contas em Portugal.

O Regimento de 1434 – Cria um modelo de Fluxograma mostrando a tramitação do processo de prestação de contas da época.

Em 1808 - Dom João baixou um ato estabelecendo que o controle da Administração, especialmente das receitas e despesas públicas, deveria ser feito pelo método das partidas dobradas

Em 1922 - Foi editado o Código de Contabilidade Pública, que foi a base das normas de finanças públicas e dos controles na Administração Pública

ELENCO HISTÓRICO

Em 1964 - A Lei Federal n.º 4.320 moderniza o tema, no entanto, ainda utiliza muitos dispositivos do Código de Contabilidade Pública e estabelece um capítulo inteiro sobre controle da execução orçamentária

Em 1967 - o Decreto-Lei n.º 200 ressalta um pouco mais os aspectos de controle, dando ênfase aos aspectos de planejamento e controle

Constituição de 1967 - prescreveu em seu artigo 71, incisos I, II e III, que as atribuições do controle interno deveriam propiciar condições indispensáveis para a eficácia do controle externo, acompanhar a execução de programas de trabalho e a do orçamento e avaliar os resultados alcançados, bem como verificar a execução dos contratos

Constituição de 1988 - o sistema de controle interno restou consolidado.

A Lei Federal nº. 8.666/93 - institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, define o papel do **CONTROLE INTERNO** no controle das despesas.

Resolução nº 1.135/2008 - Aprova a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica (NBC T 16.8) que trata do Controle Interno no Setor Público.

Lei Complementar nº 101/2000 – no artigo 59 reafirma o comprometimento do Controle Interno.

2010 - As Diretrizes para Controle Interno, lançadas pelo Conselho Nacional dos órgãos de Controle Interno dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal – CONACI, marco referencial para a atuação do Controle Interno nos âmbitos **MUNICIPAIS** e estaduais.

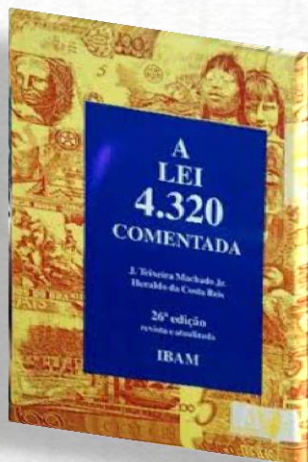
2014 - Resolução nº 05/2014 da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – ATRICON, apresenta diretrizes de **CONTROLE INTERNO** voltado para os Jurisdicionados dos Tribunais de Contas.

PRINCÍPIOS BÁSICOS DOS CONTROLES INTERNOS

CONTROLE: significa fiscalização exercida sobre as atividades de pessoas, órgãos, departamentos, ou sobre produtos, etc., para que tais atividades, ou produtos, não se desviem das normas preestabelecidas.

(Dicionário Aurélio)

CONTROLE INTERNO: Técnicas e procedimentos de controle utilizados pelo gestor público sobre as suas próprias atividades, com o objetivo de evitar ilegalidades, ineficiência operacional, desperdícios, incorreções e falhas.



ASPECTOS LEGAIS

O CONTROLE INTERNO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA tem seu **MARCO INICIAL legal na **Lei nº. 4.320**, de 17 de março de 1964, que **introduziu as expressões **CONTROLE INTERNO** e **CONTROLE EXTERNO** e definiu as competências para o exercício daquelas atividades.****

ASPECTOS LEGAIS

LEI FEDERAL Nº. 4.320/64

Art. 75 - O CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA compreenderá:

I – a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações;

II – a fidelidade funcional dos agentes da administração responsáveis por bens e valores públicos;

III – o cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços.

ASPECTOS LEGAIS

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

FISCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO



➤ **Poder Legislativo**

- ✓ **Tribunal de Contas**
- ✓ **Sistema de Controle Interno do Executivo.**

Art. 31. A **fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos **sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.**** (destaque nosso)

O Controle na Administração Pública

Controle Interno integra a estrutura organizacional da Administração, tendo por função acompanhar a execução dos atos e apontar, em caráter sugestivo, preventivo ou corretivamente, as ações a serem desempenhadas

Os controles internos servem para auxiliar o gestor no cumprimento de sua missão tendo em vista a necessidade de conhecimento daquilo que ocorre no município, voltado para técnicas modernas de administração (planejamento e gestão)

MODALIDADES DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

Orçamentária

Financeira

Operacional

Patrimonial

Art. 70 da CF

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. (destaque nosso).

Contábil → Lei 4.320/64

Classificações das atividades de controle

Quanto à função

Preventivos

Detectivos

Compensatórios

Quanto ao
momento em
que é exercido

Prévio ou
a priori

Concomitante

Posterior ou
a posteriori

Quanto à
natureza

Administrativos

Contábeis

Quanto ao nível
de abrangência

Ao nível da
entidade

Ao nível do
processo

Exemplos

Preventivas

- Aprovações, definição de alçadas e autorizações (p. ex. delegação de autoridade)
- Segregação de funções/atividades
- Normatizações internas

Detectivas

- Gerenciamento funcional ou de atividades direto (p. ex. reconciliações)
- Análise de indicadores de performance operacional

Preventivas e Detectivas

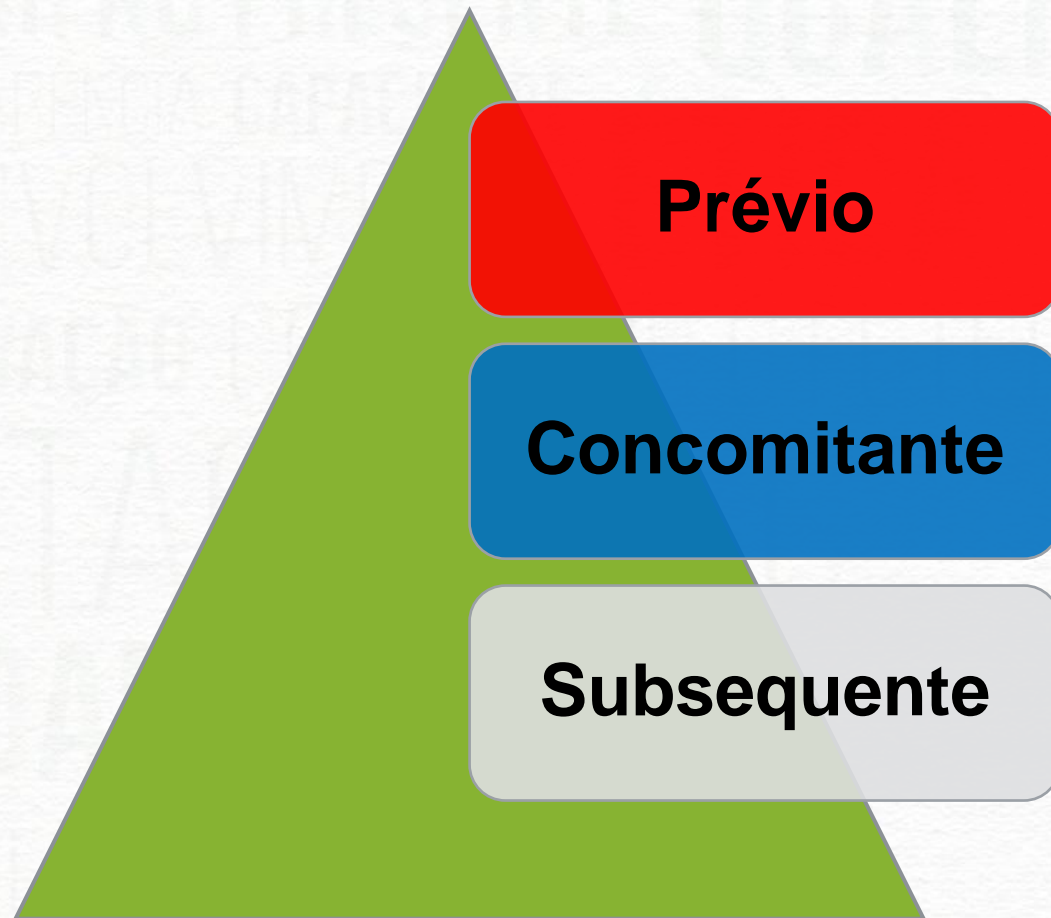
- Segurança física e da informação

CLASSIFICAÇÃO DO CONTROLE INTERNO

O sistema de controle interno pode ser classificado nas seguintes categorias:

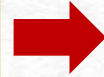
- I – **operacional**: abrange as atividades que buscam assegurar o alcance dos objetivos e das metas do Poder;
- II – **contábil**: abrange as atividades que buscam assegurar a veracidade, a fidedignidade e a tempestividade dos registros e das demonstrações contábeis; e
- III – **normativa**: abrange as atividades que buscam assegurar a observância dos atos legais e infralegais.

Determinação do momento de atuação



ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO

Prévio



é exercido com a finalidade de evitar a ocorrência de erros, desperdícios ou irregularidades.

Concomitante



deve ocorrer durante o fato. É o controle que adota medidas projetadas para detectar erros, desperdícios ou irregularidades, no momento em que eles ocorrem, permitindo a adoção de medidas corretivas tempestivas.

Subsequente



após o fato, que admite controles corretivos os erros, desperdícios ou irregularidades depois de ocorridos para que não mais se repitam.

**SISTEMA
DE
CONTROLE
INTERNO**

1 - Avaliar

Cumprimento das Metas Previstas no Plano Plurianual

Execução

Programas de Governo

Orçamentos dos Órgãos

2 - Comprovar

Órgãos e
Entidades da
Pública

Adm. Indireta

Res

ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO

4 - Controlar

as

Direitos e Deveres do Município

5 - Apoiar o Controle Externo no exercício de sua missão institucional

CULTURA DO “DESCONTROLE”

O setor público sempre foi assim, **nunca vai mudar...**

Há tanto tempo fazemos dessa forma, **nunca deu problema...**

Os controles só atrapalham, **dificultam a celeridade** dos processos...

O controlador só sabe dizer “não pode”, **nunca ajuda o Prefeito...**

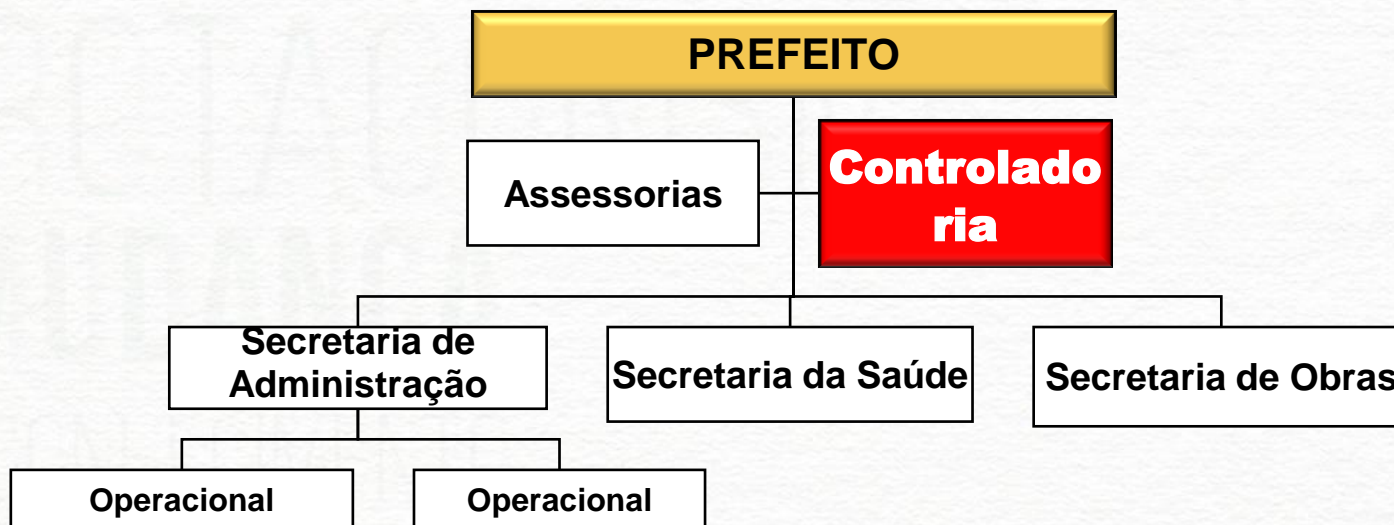
O sistema de controle interno **não ajuda “a política”**, não favorece a reeleição...

ASPECTOS POLÊMICOS DA IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

- 1. Ninguém gosta de ser controlado.**
- 2. Independência para o exercício das função.**
- 3. Ausência de parâmetros para avaliação da eficiência da Administração**
- 4. Ausência de profissionais qualificados no quadro de pessoal.**
- 5. As limitações da LRF para o aumento das Despesas com Pessoal.**
- 6. A vontade da alta administração e o entendimento dos benefícios de um controle interno eficiente.**

INDEPENDÊNCIA COMO ESCOPO DO CONTROLE INTERNO

O controle interno é **vinculado à estrutura organizacional** à unidade de hierarquia máxima da Administração Pública, contudo, **não há relação de subordinação**, sob pena de não gozar da independência que deve nortear o controle de sua responsabilidade.



SERVIDORES DA UNIDADE DE CONTROLE

DESEJÁVEL que os servidores sejam **investidos em cargos criados especificamente para o desempenho no controle interno** e que tenha **formação** para ocupar o cargo como contadores, administradores, advogados, ou áreas afins, com atribuições específicas para o desempenho de atividades no controle interno. Podendo o controle interno ser composto por **servidores do quadro**, desde que não haja **desvios de funções** e, tampouco, invasão de prerrogativas profissionais

SERVIDORES DA UNIDADE DE CONTROLE



Comportamento ético

Cautela e zelo profissional

Independência e imparcialidade

Conhecimento técnico

Cortesia

RECOMENDAÇÃO DO TCEMG

O servidor designado para gerenciar a unidade central do sistema de controle interno permaneça vinculado a essa função até a apresentação das contas anuais ao Tribunal, a fim de que o relatório e o parecer conclusivo não sejam elaborados por servidor distinto daquele que acompanhou os atos de gestão no decorrer do exercício

VEDAÇÕES AO CONTROLE INTERNO

- ✓ **Cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, até o 3º grau de agente público cujos atos serão objeto de controle**
- ✓ **Delegar suas atividades a outros agentes públicos**
- ✓ **Divulgar informações quando consideradas sigilosas por lei**
- ✓ **Vínculos com partidos políticos ou prestar serviços a eles**
- ✓ **Ocupar cargo de agente político**
- ✓ **Possuir relação de qualquer natureza com a administração pública que possa afetar a sua autonomia profissional**
- ✓ **Exercer outras atividades que não sejam afetas ao controle interno**

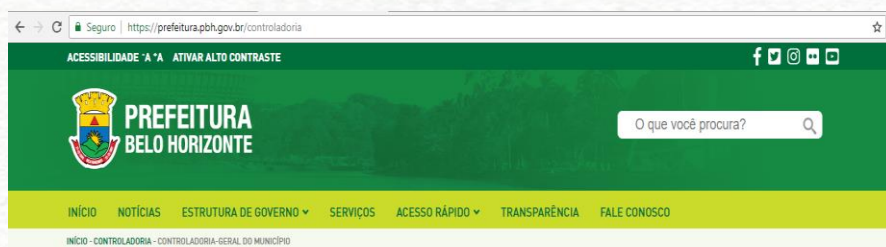
IMPLANTANDO ROTINAS DE CONTROLE

Providenciar a **normatização**, a sistematização e a **padronização** das suas rotinas de trabalho, mediante a **elaboração de manuais**, de **instruções normativas específicas** ou de fluxogramas, bem como providenciar a atualização desses instrumentos



IMPLANTANDO ROTINAS DE CONTROLE

A unidade central do sistema de controle interno deve dispor de espaço no **portal eletrônico do Poder**, para divulgar suas atribuições e ações, o nome dos servidores que a compõem, bem como a forma de acesso à unidade pelos servidores e pela sociedade



DESAFIOS DO CONTROLE INTERNO

**Prover
suporte à
gestão sem
perda da
independên
cia**

**Foco em resultados
sem abrir mão da
conformidade e
economicidade**



**Integração do
controle
interno,
controle
externo e
controle social**

**Ser indutor do
processo de
avaliação de
riscos, controles
e integridade**

**Uso intensivo da TI como forma de
incrementar a eficiência e eficácia**

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO CONTROLE INTERNO

Artigo 74, §1º da Constituição Federal de 1988: Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, **SOB PENA DE RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA”**

Artigo 81, parágrafo único da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989: “Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao respectivo Tribunal de **SOB PENA DE RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA”.**

Art. 21 da DECISÃO NORMATIVA Nº 02/2016 do TCEMG: § 3º Se o servidor designado para gerenciar a unidade central do sistema de controle interno não formalizar a comunicação de que trata o § 1º, poderá ser responsabilizado em **CARÁTER SOLIDÁRIO** pelos atos apurados e ser penalizado com multa, nos termos do art. 85, VIII, da Lei Complementar Estadual nº 102, de 17 de janeiro de 2008.

ENTENDIMENTOS DIVERSOS ACERCA DA MATÉRIA...

O TCE-MG - Representação nº 812053 - considera, inclusive, que as “falhas graves e grosseiras na organização contábil do Município ensejam a penalização do responsável pelo controle interno, porquanto, junto do Tribunal de Contas, lhe compete o exercício da fiscalização municipal”.

Processos Administrativos

766.551

751.417

711.014

705.829

703.134

703.098

701.762

695.704

690.210

692.048.

Responsabilização do gestor por fragilidade do controle interno ou recomendação ao gestor

CONTROLE INTERNO NO PROCESSO DE TRANSPARÊNCIA

Transparência Legal

Lei nº 12.527 “Lei de Acesso à Informação”

Transparência Passiva: a Administração Pública divulga informações sob demanda em atendimento às solicitações da sociedade.



Transparência Ativa: a Administração Pública divulga informações à sociedade por iniciativa própria, de forma espontânea, independente de qualquer solicitação.



LC nº 131 “Lei da Transparência”

CONTROLE INTERNO NO PROCESSO DE TRANSPARÊNCIA

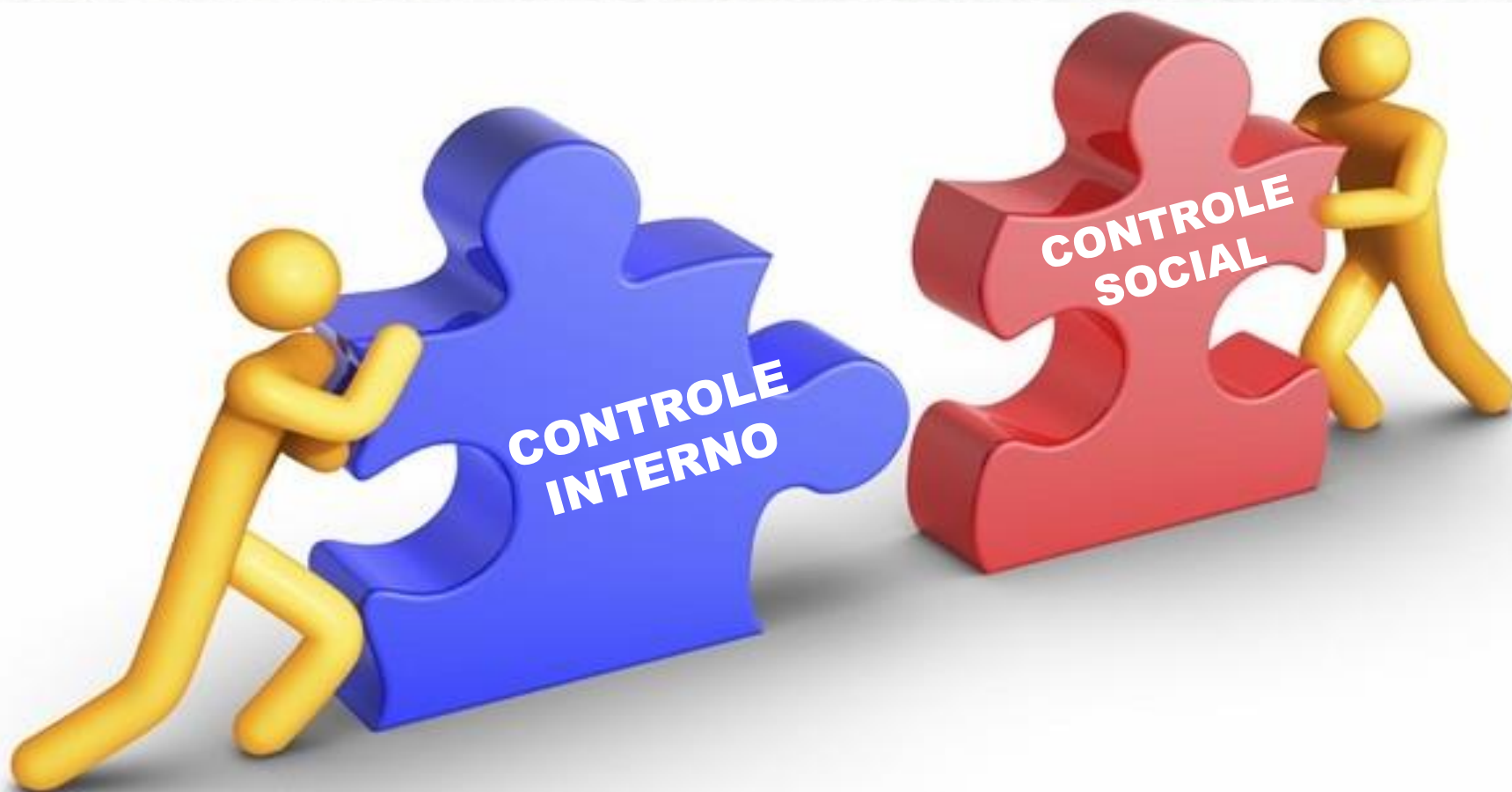
Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei nº 12.527 de 18/11/2011) Art. 7º. O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter: VII - informação relativa: b) ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores.

A informação deve ser precisa, suficiente e de fácil entendimento para o cidadão comum é fundamental para o controle social

Governo mais público



sociedade civil mais cooperativa



REALIDADE



“A vida pública precisa ser gerenciada com máximo de cautela: por mais que a justiça dos homens se revele complacente e a clemência de Deus ofereça perdão, a história, nem mesmo com o passar dos séculos, nos brindará com a mesma generosidade”

(Luiz Roberto Bodstein)



Pensem nisso!



www.crcmg.org.br